Catarina Gomes: “O jornalismo pode ser um norte na selva de informação”

Catarina Gomes: “Journalism can be a north in the information jungle”

Fátima Lopes Cardoso – Universidade Autónoma de Lisboa

NIP-C@M

Escola Superior de Comunicação Social – IPL

ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA

mcardoso@autonoma.pt

<https://doi.org/10.26619/978-989-9002-14-2.13>

Recebido / Received
22.06.2020

Como citar este capítulo / How to quote this chapter:

Cardoso, F. L. (2021). “Catarina Gomes: 'O jornalismo pode ser um norte na selva de informação'”. In Lourenço, J. & Lopes, P. (eds.), *Comunicação, Cultura e Jornalismo Cultural*. Lisboa: NIP-C@M & UAL, (pp. 265-276), disponível em <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/4761> DOI <https://doi.org/10.26619/978-989-9002-14-2.13>

Jornalista na redação do *Público* durante quase 20 anos, Catarina Gomes decidiu distender as histórias que encontrou nos dias velozes da reportagem, suspender o tempo e eternizá-las nas páginas de livros. Não foi e não é um processo fácil. Exige curiosidade inesgotável pelo mundo e pelo outro, determinação, tempo e investimento financeiro de que o jornalismo de imprensa português parece já não dispor.

Sem perder o sentido jornalístico que a orientou e transformou na jornalista premiada que é hoje, volvidas duas décadas de exercício profissional, Catarina Gomes deixa-se levar pela curiosidade que lhe incita cada história e a vida das pessoas que a reportagem é obrigada a condensar. As grandes reportagens [“Quem é o filho que António ganhou na Guerra”](#) e [“Filhos do Vento”](#), de 2013, que levaram ao livro *Furriel Não é Nome de Pai*, publicado em 2018, pela Tinta-da-China, valeram-lhe os prémios Gazeta, na categoria Multimédia, AMI - Jornalismo Contra a Indiferença, o Prémio Literário Orlando Gonçalves e ainda a distinção Internacional de Jornalismo Rei de Espanha. Uma das peças foi, inclusive, finalista do Prémio Gabriel García Márquez.

Para além de outras histórias que se cruzaram com a autora no quotidiano das notícias na editoria de Sociedade, [uma reportagem de 2011 sobre o fim do hospital psiquiátrico Miguel Bombarda](#) abriu-lhe as portas do sótão da primeira instituição de saúde mental de Portugal. Entre fotografias e pertences de vidas passadas, despertou, graças a uma bolsa de investigação

jornalística da Fundação Calouste Gulbenkian, em 2018, pegadas de gente que se perdeu na condição efémera do Homem e que só vivem em objetos esquecidos.

Também publicado pela Tinta-da-China, o livro *Coisas de Loucos – O que Eles Deixaram no Manicómio* ainda cheira a fresco nas livrarias e é mais um exemplo de como o jornalismo pode sobreviver para além da atualidade das páginas do jornal ou da rapidez dos meios *online*. Na convicção de muitos jornalistas-escritores, onde figura Catarina Gomes, o jornalismo narrativo ou literário pode, aliás, ser um caminho precioso para acrescentar valor à profissão, enquanto “agente da democracia”.

Numa altura de profunda alteração dos paradigmas comunicacionais, em que de um lado se posicionam os mais pessimistas, que defendem que o verdadeiro jornalismo morreu e, por outro, os que estão fortemente empenhados em encontrar modelos de sobrevivência suportados no online, qual acredita ser o caminho ou caminhos para a sobrevivência do jornalismo de qualidade?

Nem eu sei a resposta nem ninguém. Em todo o mundo, se anda à procura desse novo modelo. Penso que o mecenato terá de assumir um papel. Há uns anos, o *Público* criou um programa chamado P+, que consistia em pedir apoios financeiros a várias empresas com o objetivo de reunir um fundo maneio que serviria para financiar grandes reportagens. O apoio só poderia acontecer com a garantia de que as empresas não teriam qualquer interferência editorial – sem esse compromisso

não pode haver mecenato. A Fundação Calouste Gulbenkian avançou também com as Bolsas de Investigação Jornalística que financiam projetos de profundidade. Mas estas iniciativas, por mais meritórias que sejam, não são suficientes.

O projeto jornalístico *Fumaça* propôs a criação de um novo estatuto para entidades jornalísticas coletivas sem fins lucrativos (associações, fundações ou cooperativas), à semelhança do que acontece com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e ONG (Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento). É importante ter consciência que o que produzem as empresas jornalísticas é um bem público. Não sei se é este o caminho, mas vale a pena discuti-lo. Era também importante que, à sua medida, o leitor se tornasse, ele próprio, “um mecenas”, que ganhasse consciência do valor do que está consumir e contribuisse, de alguma forma, sabendo que todos nós devemos e podemos ser agentes da democracia. Além do valor económico, o contributo do leitor tem valor simbólico.

O caminho passa também por instigar esse valor do jornalismo nos mais novos, nos que agora são crianças ou adolescentes. Independentemente do suporte, é importante que percebam que uma notícia de jornal não se equipara a um post de alguém que opina no Facebook e que o jornalismo pode ser um norte na selva de informação.

O jornal *Público*, onde trabalhou 20 anos com bastante reconhecimento, é talvez um dos poucos redutos do jornalismo de imprensa com qualidade. Que razões profissionais a levaram a sair da redação, embora continue a colaborar com o jornal?

Fiz um caminho no jornalismo, percebi os meus fortes e também as minhas fraquezas e descobri para onde queria ir. Não conseguiria realizar as reportagens e projetos que faço hoje quando tinha 20 ou 30 anos, não tinha maturidade suficiente. O facto de ter 45 anos, de ter cometido os meus erros, de conhecer as minhas limitações faz parte do meu valor enquanto jornalista. Pode parecer imodesto, mas o que posso dar ao jornalismo hoje é muito diferente do que poderia oferecer quando comecei ou há dez anos. Mas o que se pede neste momento a um jornalista de 40 ou 50 anos na redação de um jornal diário é, muitas vezes, o mesmo de um jornalista de 20 anos: que esteja disponível para fazer de tudo, que seja muito rápido, que escreva de tudo um pouco, que cumpra turnos numa lógica jornalística em que uma máquina imparável deixa pouquíssimo tempo para a reflexão e a criatividade. Senti que tinha mesmo de sair porque não havia espaço para concretizar aquilo que faço melhor nesta fase da minha vida profissional, o que não retira o facto de o *Público* ser um dos melhores jornais portugueses, de estar repleto de jornalistas de qualidade de todas as gerações e de sentir um grande orgulho em continuar a publicar no *Público* alguns dos meus trabalhos.

Recorrendo à memória, o que considera ser mais precioso nas rotinas de produção de um jornal diário?

Talvez o que mais ganhei foi o sentido de prioridade. Não há tempo para tudo, o óptimo é inimigo do perfeito. Aprendi a olhar para algo sobre o qual tenho de escrever e a pensar “o que é que consigo fazer com isto com o tempo que me é dado?” Este

sentido de urgência dá-nos uma enorme disciplina mental que fica connosco e que nos é útil em muitas circunstâncias.

Jornalismo Lucky Lucke

Como jornalista que defende a profundidade, como se posiciona perante o culto da velocidade em que operam os meios *online*?

A velocidade sempre fez parte do produto jornalístico, a atualidade, o estar em cima do acontecimento, o dar o que é fresco, novo. Mas a Internet, o online, transformou essa ideia da novidade numa máquina que opera sete dias por semana, 24 horas por dia. Isso induz um sentido de premência insano que é inimigo do jornalismo de qualidade, o que se quer é uma espécie de jornalismo Lucky Lucke, que dispara mais rápido do que a sua sombra. Se o nosso objetivo é disparar rápido, ficamos sem tempo para cruzar fontes, para ir para a rua, sair da redação e estar com as pessoas, em vez de falar com elas por telefone. Significa premiar o impulsivo, em detrimento do refletido, do maturado.

A natureza do jornalismo escrito é diversa. Redigir uma notícia objetiva com base em factos do dia é uma experiência completamente distinta de mergulhar numa reportagem, em que existe alguma subjetividade. Como descreve a rotina da produção noticiosa em contraponto à experiência das reportagens de cariz mais intemporal?

Uma notícia é uma narrativa pré-fornecida, é um molde para uma história que obedece a preceitos relativamente rígidos,

sem este molde o jornalismo diário não seria exequível porque não há tempo para inventar todos os dias moldes diferentes. A notícia é, por norma, mais de produção e de consumo rápidos. Uma reportagem significa que o autor tem a liberdade de, por exemplo, não saber por onde vai começar e terminar a sua história, sabendo que se dirige a um leitor que supostamente tem mais disponibilidade para se deixar enredar por uma história, como num romance.

Quando começou a trabalhar como jornalista, já sentia que a reportagem, onde o jornalista torna acessível ao mundo as histórias de outros, seria o lado mais compensador do ser jornalista?

Não. Fui descobrindo. Foi um longo percurso de consciencialização. O escrever notícias durante anos a fio foi essencial no meu percurso. Ninguém começa no jornalismo a realizar grande reportagem nem é bom que assim seja. A notícia sintetiza a essência do método jornalístico que depois é, em parte, transportada para outros géneros. Uma reportagem também deve ser equilibrada, mas pode ter nuances para as quais uma notícia, muitas vezes, não tem espaço. Tudo é mais a preto e branco. A reportagem comporta a complexidade de uma forma que a notícia não consegue abarcar.

Histórias que nascem da reportagem

No prefácio de *Furriel Não é Nome de Pai* (2018), sobre os filhos que os militares portugueses deixaram na Guerra Colonial, explica que o livro nasceu de histórias que precisou

de aprofundar e desenvolver, como se as muitas vozes que encontrou não pudessem ficar confinadas aos parágrafos que o jornal *Público* ou a página online lhe reserva. Como é que explicaria a experiência de criar um livro que não cabe no jornalismo?

Num livro, ao contrário de um jornal, ninguém nos diz “isso não cabe”, “é longo demais”, “ninguém vai ler um texto tão grande”. A ideia de escrever sem limites é libertadora, mas também é assustadora e pode ser, para alguém habituada a escrever com limites de caracteres, desnorteante. Quando é que paramos de escrever? O que é demais? O que cheguei à conclusão é que o poder de síntese que usamos no jornalismo nos ajuda a priorizar num livro, a separar o importante do acessório, a deitar fora a palha, só que num livro o acessório, a palha, podem ser diferentes.

***Coisas de Loucos - O que Eles Deixaram no Manicómio* (2020), inspirado nos objetos deixados pelos doentes no Hospital Miguel Bombarda, também nasce de um trabalho de reportagem, mas publicado com uma outra perspetiva e profundidade em livro. De onde surge esta necessidade de despertar o esquecimento, as histórias intemporais que facilmente seriam rejeitadas pelas convenções jornalísticas de seleção noticiosa?**

Muitas vezes, regressava de um “serviço”, como se fiz no jargão jornalístico, frustrada, porque sentia que, no intervalo do que tinha ido fazer (uma conferência de imprensa, um congresso...), tinha falado com uma pessoa que dava toda uma história, que uma frasezinha numa conferência de imprensa podia ser o filão de uma história muito mais interessante do que aquela que ali

me trazia. Sentia que, muitas vezes, era nos espaços deixados vazios pelo jornalismo que estavam as melhores histórias.

Quando ia ao hospital psiquiátrico Miguel Bombarda em reportagem, passava lá umas horas, era o possível, mas percorria sempre um corredor com um móvel de madeira com umas fotos a preto e branco de antigos doentes e aqueles olhares, aqueles corpos de pessoas mortas eram perturbadores e despertavam em mim uma fome de um dia contar as histórias de algumas daquelas pessoas, que pareciam como que aprisionadas, uma necessidade que não conseguia concretizar.

No jornal até podia fazer uma proposta nesse sentido e até seria aceite. Um editor iria responder-me “isso é interessante” e depois davam-me um dia ou dois para fazer a reportagem. Ora, eu ando há oito anos a investigar as vidas das pessoas sobre quem escrevo no meu livro, com um ano em dedicação exclusiva graças a uma bolsa de investigação jornalística da Fundação Calouste Gulbenkian. Ter um ano para concretizar um trabalho numa redação é ficção científica. O que seria rejeitado não era a história, mas o investimento que ela implicaria para ficar como eu pretendia, para dignificar aquelas pessoas.

Por que razão considera que poucos programas curriculares dos cursos superiores na área das Ciências da Comunicação, em Portugal, integram, nos seus planos de estudos, unidades especializadas em Jornalismo Narrativo ou Literário. Vê este género como uma extensão do jornalismo escrito que se adquire com a experiência no jornalismo, da leitura e do gosto pela literatura e não uma aprendizagem académica?

Tudo se pode começar a aprender, mas depois há aquilo que

sai do âmbito da aprendizagem em aula e que se pode cultivar quando existe uma paixão. Eu tenho uma paixão pela arte de contar histórias, e gostava que, pela forma como as conto, elas fossem também belas. Quem quer escrever jornalismo narrativo tem de gostar de ler ficção, romances, tem de gostar de escrever (e, sobretudo, de reescrever), porque o jornalismo narrativo vai buscar as suas ferramentas à literatura, como seja a construção de cenas, “construção” de personagens, tensão narrativa...

Gostaria de ver o jornalismo narrativo mais estudado, nas investigações académicas?

Preferia que fosse mais praticado.

Curiosidade pelo mundo

O sentido humanista domina todo o seu trabalho de grande reportagem. Ao entregar-se durante meses à investigação de algumas histórias que são o oxigénio das suas reportagens e livros, existe alguma subjetividade explícita, mesmo que siga a objetividade dos factos. Considera-se uma jornalista *engaged* ou envolvida com causas?

Não, não me considero uma jornalista de causas. Não me interessei pelas histórias onde entrei em maior profundidade por ter um ponto de vista ideológico sobre elas, uma causa. Quando descobri que havia filhos de ex-combatentes da Guerra Colonial que ficaram para trás, nunca tinha pensado o que sentiria em relação a eles, que direitos deveriam ter. Mas depois de conhecer essa realidade e percebendo eu que continuam a não ter voz, senti o dever de lhes dar um pouco da minha. Um

valor base do jornalismo é a denúncia da injustiça e, por isso, entendo que somos todos, de alguma forma, comprometidos com esta “causa”. Mas tenho as minhas dúvidas sobre o passo seguinte, que é o ativismo. É uma reflexão que tenho a correr dentro de mim.

As distinções que tem recebido nos últimos anos são um reconhecimento desse sentido humanista e comprometido com causas sociais?

Gosto de pensar que são também um reconhecimento pela qualidade que tento imprimir à minha escrita e pela singularidade dos assuntos ou pessoas que tento trazer a público.

O que responderia aos defensores da objetividade e da neutralidade dos factos?

A objetividade é uma meta, a objetividade não existe em jornalismo, tal como não existe em ciência. Há um método que nos norteia o caminho para que tentemos ser justos, honestos, equilibrados na abordagem dos assuntos. Por exemplo, fazer corretamente o contraditório não torna ninguém objetivo por si só. Por exemplo, na escolha dos meus temas, está toda a minha subjetividade. Entrei no tema da Guerra Colonial porque tinha uma ligação emocional ao assunto, porque o meu pai lá tinha estado. Sem esse elo, o tema seria demasiado árido, distante; estava emocionalmente investida de curiosidade por um acontecimento que para mim também era pessoal.

O que considera ser mais importante no exercício profissional e que nunca pode ser descurado por nenhum jornalista?

Para se ser jornalista é determinante ter uma imensa curiosidade pelo mundo, pelas pessoas e uma enorme disponibilidade para escutar de uma forma disponível, deixando que o que nos contam possa contrariar ideias feitas que tenhamos sobre aquela pessoa ou sobre aquele assunto. Caso contrário, estamos a ouvir o outro apenas para o encaixar naquilo que esperamos que eles nos diga, não estamos verdadeiramente à escuta.